

9º MINI-ONU

Gabinete Alemão de 1934:

Medidas político-econômicas para o fortalecimento da economia alemã, juntamente com o fortalecimento do Estado; revisão e validação do Tratado de Versalhes; poderio Militar alemão.

Colaboradores:
Guilherme Carsalade von Gossler Kubitz – Diretor
Alana Alencar Coelho – Diretora-Assistente
Vívian Machado – Diretora-Assistente

Prezados membros do gabinete Alemão,

É com imenso Prazer que lhes recebo neste gabinete Alemão de 1934. Antes de me alongar sobre o comitê é polido da minha parte me apresentar primeiro. Meu nome é Guilherme Carsalade von Gossler Kubitz, atualmente estou no 7º período de Relações Internacionais pela PUC e curso também o terceiro período de Direito pela UFMG. Sou um entusiasta de modelos desde meu primeiro ano no ensino médio quando tive a imensa oportunidade de ser um delegado grego dentro da OTAN no III MINI-ONU. Desde então não interrompi a vida modelística, participando de vários outros modelos pelo Brasil afora.

Concedo agora as apresentações de minhas duas assistentes que me ajudaram muito ao longo do percurso.

“Olás, eu sou Vívian Machado, curso o 3º Período de Relações Internacionais na PUC-Minas. Meu primeiro contato com o Mini-ONU foi na 8ª edição, em que participei como integrante do *staff*. Estou muito motivada para esse modelo em que participo como membro da diretoria de comitê.”

“Meu nome é Alana Alencar Coelho, estou no 4º período de Relações Internacionais. Este é meu primeiro ano como diretora-assistente no MINI-ONU. Estou ansiosa para os debates e desejo a todos um ótimo trabalho.”

Bem, como muitos de vocês devem ter visto, não é sem motivos que uma pessoa de sobrenome complicado está simulando um Gabinete Alemão. Como descendente de alemães, a Alemanha sempre me fascinou e neste 9º MINI-ONU resolvi revisitar um dos pontos mais relevantes da nossa história recente. A Ascensão de Hitler ao poder. Ao voltar a essa época eu pretendi explorar as medidas tomadas pelo seu governo para restaurar o Estado Alemão novamente como uma das maiores potências européias. A Alemanha foi o país mais rápido da Europa a conseguiu reverter os efeitos da crise da Crise de 29. Estou ávido para ouvir as discussões sobre a reconstrução da Alemanha e discutir assuntos tão pertinentes naquela época como o Tratado de Versalhes. Eu desejo boa sorte à todos e espero que tenhamos uma excelente discussão. aguardo todos em Outubro.

Meus cumprimentos,

Guilherme Carsalade von Gossler Kubitz

quikubitz@yahoo.com.br

1. Tratado de Versalhes

Ao fim da Primeira Grande Guerra, a Tríplice Aliança composta por Alemanha, Áustria-Hungria e Itália foi vencida pela Entente, cujos países membros eram França, Grã-Bretanha e Rússia.

As potências vigentes do cenário mundial se reuniram em 18 de janeiro de 1919 na Conferência de Paris. Acordos foram firmados com o intuito de amenizar os problemas gerados pela guerra, as reais decisões partiram de Woodrow Wilson, Lloyd George e Clemenceau, respectivamente líderes do EUA, da Inglaterra e da França. Um dos documentos gerados, o Tratado de Versalhes, foi um “exemplo típico de uma paz imposta e não negociada” (RODRIGUES, 1988) aplicada à Alemanha. Inclusive, foi o primeiro de caráter jurídico a regular os comportamentos sociais internacionalmente.

As bases para a Conferência foram os “14 Pontos de Wilson”. Visava a construção da Liga das Nações, que seria um organismo internacional a fim de organizar os Estados do globo nas suas discussões, além de visar a segurança coletiva. Também objetivava paz entre as nações, o fim da diplomacia secreta e da política de alianças.

O tratado de Versalhes foi uma das mais pesadas sanções impostas por países vencedores em cima dos derrotados de uma guerra. A confecção final do Tratado gerou muitas controvérsias, inclusive dentro dos próprios formuladores. Um dos mais polêmicos artigos é o 231 que culpava a Alemanha como única e exclusiva por fomentar a guerra e por conseqüência ela deveria receber todo o ônus que os países vencedores sofreram durante a Primeira Guerra Mundial. Tal artigo gerou revolta por parte dos alemães, que a consideravam uma cláusula injusta e humilhante. Pode-se estabelecer que a Alemanha sofreu quatro tipos distintos de sanções, sanções econômicas, territoriais, militares e políticas.

Em termos gerais a Alemanha perdeu em torno de 13% do seu território, todas as suas colônias, 16% de suas minas de carvão e 48% das indústrias de ferro e aço foram confiscados pelos vitoriosos, sem contar com as pesadas indenizações.

Entre as incontáveis perdas territoriais, a Alemanha teve que ceder a Alsácia-Lorena para a França e as minas de carvão de Saar foram cedidas para controle francês durante o período mínimo de 15 anos. Um dos aspectos mais controversos

das sanções territoriais foi a criação do corredor polonês separando fisicamente a parte leste da região da Prússia do resto da Alemanha, criando acesso marítimo para a Polônia. Várias outras regiões que pertencia a Polônia foram devolvidas a ela, juntamente com a importante região alemã da Alta Silésia que detinha um parque industrial bem desenvolvido e uma alta concentração de carvão mineral. A parte norte de Schleswig foi cedida para a Dinamarca e a cidade de Danzig foi declarada “cidade livre” e seria regida permanentemente sob os auspícios da Liga das Nações. Outras sanções territoriais estabelecidas foram a proibição da Alemanha de anexar a Áustria, Polônia e Tchecoslováquia (Atual República Tcheca). Por final a Lituânia, Letônia e Estônia tiveram sua independência reconhecida.

Em relação aos aspectos militares a Alemanha, um dos pontos mais importantes foi a obrigação desmilitarizar toda a região da Renânia, pois ela representa um dos maiores pontos estratégicos para qualquer investida beligerante dentro da Europa. A região faz divisa fronteiriça com a Bélgica, França e Suíça e a desmilitarização funcionava para manter a segurança destes países.

Outro aspecto militar relevante era que o contingente das forças armadas alemãs não poderia ultrapassar o número de 100.000 soldados, a produção de armas estava proibida, juntamente com a sua importação. Os tanques não mais poderiam fazer parte dos artefatos militares, a artilharia e aviões militares também estavam proibidos. A força naval estava limitada para um contingente de 15.000 soldados homens, a esquadra estava limitada a 6 navios de guerra, 6 cruzadores, 12 destróieres, 12 navios de torpedos e por final a marinha alemã estava impossibilitada de terem submarinos. As sanções militares impostas pelo Tratado foram além do necessário. Com sua força militar reduzida a tal ponto, a Alemanha não seria capaz de se defender de uma força invasora, caso fosse necessário.

A força aérea militar foi completamente desmantelada. Os alemães não mais poderia ter aviões de combate, sua frota aérea deveria ser composta apenas por aviões de patrulha e reconhecimento, sendo proibidos de possuir qualquer tipo de armamento bélico.

Por final, o último grupo de sanção imposta à Alemanha foi a dívida de reparação de guerra. Inicialmente os Aliados (Entente) estimaram um total de 226 bilhões de marcos alemães em barras de ouro a serem reparados. Quantia que excedia em muito a capacidade da frágil economia alemã em pagar. Mais tarde, em 1921, a então atual República de Weimar conseguiu renegociar a dívida com a Inglaterra,

fixando a dívida em 132 bilhões de marcos alemães. Como o pagamento da dívida em papel moeda era impossível para a economia alemã, inicialmente as remessas foram pagas pelas mais variadas formas, através de carvão, aço, produtos agrícolas. As reparações foram um dos motivos que levaram a hiperinflação na Alemanha posteriormente.

Quando o conteúdo do Tratado foi divulgado para os Alemães, ele causou revolta por toda a população, que o considerou uma forma desonrosa de humilhar a Alemanha. Muitos tentaram se opor às resoluções se revoltando contra o governo e promovendo críticas abertas sobre o Conteúdo do Tratado. Temerosos sobre as repercussões que poderia ocorrer, os Aliados ameaçaram intervir militarmente caso a Alemanha não aceitasse as sanções impostas a ela. Sem saída, o governo alemão foi obrigado a acatar todas as cláusulas.

2. República de Weimar

O período de 1919 a 1933 representa um período inédito para a Alemanha: o país foi administrado por um sistema político republicano. Após a derrota na Primeira Guerra Mundial e a assinatura do penoso Tratado de Versalhes, os alemães se viram com duas opções políticas: apoiar uma revolução socialista ou se juntarem para constituir uma república democrática.

O início da república na Alemanha contou com a criação do Partido Democrático Alemão, em 1919. Segundo Frye (1963), o partido não tinha objetivos políticos específicos; o seu objetivo principal era estabelecer a paz e a ordem para ,principalmente, a classe média e trabalhadora, temerosa das consequências de uma revolução socialista. Entretanto, houve uma significativa divisão política para a criação do Partido Democrático, o que levou à criação de outros partidos democráticos, além da criação da esquerda política.

O principal feito do Partido Socialista Alemão, segundo Frye (1963), foi a aprovação da Constituição Weimar, que substituiu a constituição de 1871. Nessa nova constituição ficou estabelecido os ideais republicanos e liberais que levariam à reforma constituinte e legitimaria a república como forma de governo.

A república alemã era constituída pelo presidente da república, eleito pelo povo e chefe do executivo. O poder legislativo era função do parlamento alemão (o *Reishtag*) que nomeava o primeiro ministro.

Nessa república, as instituições seriam democráticas, o sistema político seria nacional e secular, e haveria separação entre o Estado e a Igreja.

O Partido Democrata Alemão procurou ser um partido de todas as pessoas. Embora fosse liderado inteiramente por homens da classe média e abraçando idéias que tradicionalmente era mais atraente para a classe média do que qualquer outro grupo na Alemanha, o partido desprezava qualquer doutrina de classe. Empenhou-se em misturar várias tradições políticas e filosofias cada qual na Alemanha tem sido uma distinta Weltanschauung. O Partido Democrata tentou ser liberal, democrata, social e nacional. (FRYE, 1963, p. 172, tradução nossa)¹

¹ The German Democratic party sought to be a party of all the people. Though led almost entirely by men of the middle class and embracing ideas which had traditionally more appeal to the middle class than any other group in Germany, the party disdained a class or doctrinaire approach.³⁶ It sought to blend several political traditions and philosophies each of which in Germany had been a distinct

Em suma, o Partido Democrático Alemão não era composto de republicanos, muito menos de democratas. O objetivo era de trazer a ordem política, mas havia muitas divergências políticas internas no partido a respeito dos ideais a serem seguidos e do líder político que representaria o partido na Assembléia Nacional. Isso não quer dizer, entretanto, que os políticos alemães eram ineficientes. O único problema era que a república não era convincente e não representava os interesses do povo alemão, muito menos dos seus representantes. Uma república democrática ineficiente acaba abrindo espaço para abusos democráticos e ineficiência administrativa.

2.1 As Crise Políticas

Como já caracterizado, o sistema republicano da Alemanha no período de 1919 a 1930 foi conturbado. A república contava com dois grandes partidos políticos que conviveram em oposição durante todo o período (STERN, 1958). De um lado tinham-se os nacionalistas e do outro os socialistas. Havia ainda os democratas, os partidos do centro e o partido popular.

Para analisar o cenário de crises políticas, devem ser focadas duas vertentes: o povo e os governantes. A população acreditava que

As classes mais altas, não conseguiram reconciliar com a passagem da velho ordem Guilhermina, consideravam a República como uma indigna e potencialmente perigosa sucessora da monarquia. A aristocracia lamentava a perda e sua antiga posição predominante e a burguesia ressentia o que eles agora lembravam como sua segura, confortável, não molestada existência antes da guerra. (STERN, 1958, p. 1, tradução nossa)²

Segundo Stern (1958), havia um nacionalismo muito grande entre o povo europeu, e o sistema político que representava esses interesses não era a república. Logo, a Alemanha acreditava que havia uma forma melhor de representação política que não pelo viés democrático.

Weltanschauung. The Democratic party attempted to be liberal, democratic, social, republican, and national.

² The upper classes, unreconciled to the passing of the old Wilhelmine order, regarded the Republic as an unworthy and potentially dangerous successor to the monarchy. The aristocracy resented the loss of its pre-dominant position and the bourgeoisie lamented what they now remembered as their secure, comfortable, untroubled existence of before the war.

Com relação aos governantes, dados os ideais divergentes entre os partidos e representantes políticos, houve muitos assassinatos políticos, fruto do descontentamento do partido político que estava no poder. A principal crise política que envolveu a administração política ocorreu em 1926.

Em suma, havia uma divergência entre os partidos a respeito das cores da bandeira alemã; alguns partidos consideravam as cores da bandeira relacionadas à monarquia devendo ser mantidas assim, enquanto outros queriam uma restauração da mesma. Houve uma aproximação política entre os partidos. Entretanto, o que decorre da divergência política é uma barganha interminável entre o governo e os partidos, e, dada a coalizão partidária, houve uma sobreposição dos mesmos. Essa ação vai de encontro com os ideais de uma democracia.

2.2 As crises Econômicas

O Segundo e crucial evento mais importante em 1919 foi o Tratado de Versalhes. Esse Tratado, com suas cláusulas adicionais de Spaa e Londres, é a base e a placa pétrea da situação da Alemanha no presente momento. Essa situação é fatal para a Alemanha e age como a continuação da guerra através de outras armas. (LERCHENFELD, 1923, p. 29, tradução nossa)³

Dado o cenário de grandes divergências internas na república de Weimar, a economia sofre consequências dessas disputas políticas e é agravada pelo Tratado de Versalhes de 1919.

A Alemanha ao assinar o Tratado, concordou em: ter seu território reduzido (o que implica na restrição a recursos naturais); a desorganização do seu espaço político e econômico (a perda de territórios importantes para a Alemanha, tal como o vale do Ruhr); a perda de suas colônias (o que restringe a participação e a posição alemã no cenário internacional); a restrição a tratados econômicos (o que restringe a oferta e demanda de seus produtos); a restrição no acesso ao mar e rios navegáveis (o que dificulta a importação e exportação de seus produtos, dentre outros); o pagamento da dívida imposta pelos vencedores em dinheiro (o que dificulta o

³ The second important and far-reaching event in 1919 was the Treaty of Versailles. This Treaty, with the additional clauses of Spaa and London, is the base and keystone of the situation in Germany at present. This situation is fatal to Germany and acts as the continuation of war with other weapons

controle de oferta de moedas, que pode levar à inflação); a perda de crédito internacional (o que dificulta as relações econômicas da Alemanha com os demais países).

Entretanto, apesar de todas as restrições impostas, a Alemanha respeitou este acordo durante todo o período da República. As principais crises dos primeiros anos da república foi a inflação, dado principalmente ao balanço de pagamentos acumulando déficit e às multas que tinham que ser pagas aos vencedores da guerra. Essas das características levaram a uma crise do mercado financeiro e monetário alemão.

Duas crises merecem destaque no período da República de Weimar: A crise de 1923 e a Crise de 1929.

2.2.1 A Crise 1923

Desde 1919, a economia alemã caminhava a passos lentos para o desenvolvimento, e a passos longos rumo a uma crise econômica. O colapso ocorreu em 1923.

O ano de 1923 foi o ápice da crise econômica alemã, cuja hiperinflação tomava conta de todos os segmentos do Estado. O fenômeno acarreta na destruição da moeda e leva a perder todas as suas funções; assim, ela deixa de ser medida de valor, ou seja, não pode ser considerada como um parâmetro nas transações realizadas; deixa de ser reserva de valor, devido às constantes mudanças; e deixa de ser meio de pagamento, devido a sua instabilidade pessoas passam a negligenciá-la como meio de troca.

Os impactos foram adversos à economia alemã, sua inflação foi caracterizada por aumento significativo dos preços, depreciação quanto a taxa de câmbio e instabilidade da moeda. No período em questão, economistas alemães tentaram explicar o fenômeno e dar a ele uma solução.

Segundo Knapp (1905) o dinheiro é criação da lei e a aceitabilidade do mesmo é devido à autoridade do Estado e não de uma consequência individual dos membros da sociedade. O economista Karl Helfferich (1923), propunha soluções à então condição de hiperinflação da Alemanha, segundo ele, uma balança de pagamento

adversa no momento de crise fez com que depreciasse os câmbios exteriores, essa depreciação tinha resultado em pressão superior em preços e salários que geraram escassez de dinheiro.

Apesar da insular economia monetária alemã, um conjunto de princípios básicos era de que o comércio bancário da estrutura econômica interna proveria o controle do volume do comércio e o preço dos produtos, e não possibilitaria riscos quanto ao aumento de preços.

Assolada pela crise econômica, o preço dos produtos aumentava mais rápido que os salários, diminuindo o poder de compra dos trabalhadores; assim o país apresentava um quadro de fome e miséria decorrente do desemprego. O desemprego tornou-se tão alarmante que afetou 27% da população ativa em janeiro de 1924.

A queda do marco provocava o aumento dos preços, que por sua vez determinava a reavaliação dos salários, tornando necessária nova impressão de papel-moeda. Era um círculo vicioso. Dia e noite, três equipes se alternavam na impressão de cédulas, até mesmo domingo. Não apenas os cofres de reserva não eram mais suficientes para conter essa impressionante massa de papel, mas também os dirigentes do sistema bancário chegavam a temer que, num certo momento, a impressão da cédula viesse a custar mais do que o seu próprio valor. (RICHARD, 1988, p.95)

2.2.2 A Crise de 1929

A crise de 29 teve sérios impactos tanto para os Estados Unidos, o Estado originário da crise, quanto para o resto do mundo. Segundo PETZNIA (1958), a Alemanha sofreu com a mesma intensidade que os Estados Unidos a crise de 29.

A crise afetou todas as áreas econômicas e financeiras da Alemanha. Os impactos estruturais envolvem: a redução na demanda por bens e serviços; inflação; estagnação econômica, dentre outros. Entretanto, a mudança estrutural mais significativa foi na área social: o desemprego. Praticamente um em cada três trabalhadores encontravam-se desempregados após a crise. (PETZNIA, 1958).

Como resultado, tem-se uma revolta generalizada contra a república e os preceitos liberais e democráticos. No âmbito político, os principais setores econômicos (os industriais e os trabalhadores) voltaram-se contra o governo,

demandando uma solução para a crise. A principal solução encontrada era através da diminuição dos impostos para ambos. Os partidos políticos fizeram coalizões, de forma a serem melhor representados para atuar como representantes das classes sociais. Vale ressaltar que também nos partidos havia um descontentamento com o governo.

Na esfera social, haviam revoltas entre as classes sociais que, uma vez abarcadas pelos partidos políticos, passaram a demandar o fim da legislação executiva tanto pelo *Reishtag* quanto pelo presidente. A população encontrava-se insatisfeita com a república com o número de revoltas sociais e políticas cada vez maiores.

O efeito da crise de 1929 para a Alemanha não tem, portanto, conseqüências unicamente econômicas. O resultado mais importante é a reestruturação social e política que ocorre no país: tem-se uma mudança das elites políticas, bem como das classes sociais e dos partidos políticos. A sustentabilidade das instituições do Estado foram minadas pela crise financeira, o que demonstra uma aproximação entre a política e a economia no Estado alemão.

Ainda, a crise mostra o nível de participação política e a diversidade de classes sociais e trabalhadores existentes naquele período. Por isso, deve-se ter em mente que as transformações sociais, políticas e econômicas para a Alemanha são difíceis de serem medidas:

Os efeitos materiais da crises foram bem similares para os trabalhadores e para as classes médias mais baixas: milhões de trabalhadores perderam seus empregos por anos a fio. (...) Comum a ambos era a sólida crença em uma noção de mundo que os ajudavam a compreender a crise, e, apesar de toda presente miséria, mantinham aberta uma perspectiva para um mundo melhor. Totalmente diferente era o comportamento político dos fazendeiros, lojistas, artesãos e negociantes, os trabalhadores de colarinho branco, empregados públicos e os trabalhadores de classe profissionais. Foi nessa parte da população, em que um resíduo heterogêneo entre o estrato social da classe alta e baixa que não tinha ainda desenvolvido um senso de identidade, que a percepção da crise foi mais fortemente refletida. (PETZINA, 1969, p. 70, tradução nossa)⁴

⁴ The material effects of the crisis were very similar for the workers and for the lower middle class: millions of workers lost their jobs for years on end; (...) Common to both was the firm belief in a view of the world that helped them to understand the crisis, and, despite all the present misery, kept open the prospect of a better future. Totally different was the political behaviour of the farmers, shopkeepers, artisans and tradesmen, the white-collar workers, public employees and the professional classes. It was in this section of the population, which as a heterogeneous residue in between the upper and lower social strata had not yet developed a sense of identity, that awareness of the crisis was most strongly reflected.

Com as eleições marcadas para 1930, poder-se-ia confirmar o rumo político a ser seguido pela Alemanha.

2.3 O Fim da República

Assim como o início da República coincide com a criação do Partido Democrático, a queda da república está relacionada à dissolução do partido. Frye (1963) aponta o Tratado de Versalhes como o principal fator para essa crise. As duras restrições deste Tratado minaram o desenvolvimento econômico do país, que levou à descrença popular sobre a efetividade de gestão do partido. Ainda,

Para o eleitorado de classe media do partido, educado nas tradições Bismarckianas e acostumado pelo domínio militar alemão no continente, era aterrorizador ter que aceitar ordens provenientes de outras potências. Para aqueles que aceitavam as premissas de poder e política como verdades fundamentais terrível estar impotente. (FYRE, 1963, p. 177, tradução nossa)⁵

Ainda, a própria não-identificação da população com o Partido Democrático e os ideais nele presentes; as divergências políticas internas; a ausência de um líder partidário; e o não-comprometimento do partido com os jovens corroboram o argumento de Fyre (1963) da ineficiência de gestão do Partido no pós-Primeira Guerra Mundial.

⁵ To the party's middle-class electorate, nurtured on Bismarckian traditions and accustomed to German military dominance on the continent, it was appalling to have to accept dictation from other nations. To those who accepted the premises of power politics as fundamental truths it was galling to be impotent.

3. Ascensão do Partido Nazista

O Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores (PNSAT) foi fundado originalmente pelo nome de Partido dos Trabalhadores Alemães em 1919. Desde sua criação o partido foi embebido com os ideais nacionalistas extremos, identificando os alemães como uma única unidade nacional, abolindo o conceito de classes. Seus princípios basilares estavam ancorados pelo militarismo, nacionalismo, anti-comunismo, uso de forças paramilitares e objetivavam a criação de um Estado ditatorial.

Seus ideais nacionalistas repudiavam a atual República de Weimar, que muitos a atacavam alegando que ela era comandada por comunistas, a consideravam fraca por terem aceitado o Tratado de Versalhes, uma das maiores humilhações que o povo alemão já sofreu.

Em seu início, o partido não detinha um grande apoio político, em 1924, nas eleições para o parlamento, ele tinha apenas conseguido 6% dos votos e somente em 1930 que o PNSAT adquiriu sua primeira vitória substancial, obtendo 18% dos votos, obtendo 107 cadeiras. Com as eleições de 30 o PNSAT tornou-se o segundo maior partido dentro do parlamento, perdendo para os Sociais Democratas que tiveram 24% dos votos, ou 143 cadeiras. Em terceiro lugar vinha o Partido Comunista com 13% dos votos.

Vários são os fatores que ajudaram o crescimento do PNSAT. O nacionalismo já começava a ganhar corpo com Tratado de Versalhes, suas pesadas cláusulas, deixou um forte sentimento de humilhação e derrota por parte dos alemães. Segundo Flint (1994) o “nacionalismo foi mais impulsionado pela invasão Francesa na região industrial do Ruhr em 1923 e pelos programas de reparação de guerra Dawes e Young instituído pelos Estados Unidos na década de 20” (p. 356, tradução nossa)⁶. A Grande Depressão pode ser considerada como um dos principais fatores que impulsionou o PNSAT ao poder. De acordo com Flint (1994),

“a economia entrou em uma espiral descendente ao passo que a produção industrial começou a decair, reduzindo 31% de junho de 1928 para maio

⁶ Nationalism was further fueled by the French invasion of the Ruhr Industrial area in 1923 and by the Dawes and Young war reparation programs instituted by the United States in the 1920s.

de 1930, e o desemprego ascendeu acima dos 3 milhões, um aumento de mais de 200% entre 1928 e o início de 1930” (p. 356, tradução nossa)⁷

Com a economia enfraquecida, o PNSAT apresentou-se como capaz de solucionar todos os problemas econômicos que a República de Weimar foi incapaz de resolver. Outro ponto positivo era que o PNSAT se apresentava como um novo partido político, imaculado pela república, representando uma nova esperança contra as velhas estratégias econômicas exercidas nos mandatos anteriores.

O mercado global também apresentava mudanças que gerava desafios e oportunidades para a Alemanha, por um lado, tinha-se o setor da agricultura e indústrias de base que defendiam uma política mais protecionista, por outro as indústrias orientadas para exportação que defendiam a liberalização. Nas palavras de Flint (1994),

Dado as disparidades de interesses regionais e econômicas, o governo de Weimar não conseguiu criar coalizões estáveis entre assuntos como mercado livre e protecionismo. Inabilidade governamental levou, em consequência, para a desilusão da democracia liberal e dos Partidos burgueses. (p. 357, tradução nossa)⁸

Com a coalizão do atual governo em descrédito o PNSAT torna-se o maior partido de oposição e a cada eleição o partido pressionava ainda mais o governo adquirindo maior porcentagem de votos no parlamento. Em 1932 Hitler concorreu a presidência contra o atual presidente, Paul von Hindenburg, nenhum dos candidatos conseguiu a maioria dos votos necessários e no desempate Hindenburg adquiriu 19,4 milhões de votos, contra 11,4 milhões de Hitler. Não obstante, o PNSAT saiu-se vitorioso nas eleições para o parlamento, aumentando sua presença de 107 para 162 cadeiras no parlamento, tornando-se o maior partido político alemão.

Em julho do mesmo ano, novas eleições para o parlamento foram convocadas. Novamente o crescimento da popularidade do PNSAT pode ser percebida, o partido aumentou seu número de cadeiras para 230. Juntamente com o crescimento do partido de Hitler, o partido comunista obteve grande avanço dentro

⁷ (...) the economy entered a downward spiral as industrial production began to decline, dropping by 31 percent from June 1928 to May 1930, and unemployment rose by over 3 million, an increase of more than 200 percent, between 1928 and the beginning of 1930.

⁸ Given these disparate regional and economic interests, the Weimar Governments could not create stable coalitions on issues such as free trade and protectionism. Government instability led, in turn, to disillusionment with liberal democracy and with the bourgeois parties.

do parlamento, adquirindo 89 assentos. Isto nos permite traçar duas conjecturas, a primeira demonstra que ambos os partidos, apesar das ideologias opostas, eram contrários à forma de governo vigente e tinha características revolucionárias. Tal perspectiva demonstra que o povo alemão estava ávido por mudanças e acreditavam que uma mudança radical poderia ser benéfica para a sociedade alemã. A segunda conjectura é que os dois partidos juntos representavam 52% das cadeiras do parlamento. Considerando que nenhum dos dois partidos estavam dispostos a apoiar o presente ministério, o atual chanceler teria que governar sem a maioria do governo.

Após várias intrigas políticas e alarmados com o avanço comunista, o último chanceler Franz von Papen convenceu Hindenburg a formar uma nova coalizão de governo dando apoio ao PNSAT, formando assim uma união entre o Partido Social Democrata e o PNSAT. Hitler seria apontado como novo chanceler e von Papen seria seu vice. Sob os olhos de von Papen, seria possível dar um pouco do poder tão almejado por Hitler e ao mesmo tempo controlá-lo. Em Janeiro de 1933 Hindenburg aponta Hitler como chanceler com sua nova coalizão de ministros. Após ser apontado como Chanceler, Hitler convence Hindenburg a convocar novas eleições para que a nova coalizão possa governar com maioria no parlamento.

Em fevereiro de 1933, o parlamento alemão foi alvo de um incêndio criminoso e o comunista Marius van der Lubbe foi achado dentro do local, o que levou à sua prisão e julgamento como culpado. Tal evento deu a oportunidade do partido nazista de colocar em ação o plano de controle do governo. Para tanto, primeiramente foi criado o Decreto do Fogo do *Reichtag* que suspendia uma série de direitos civis. No mês seguinte, foi criado o Ato Capacitado que deu ao governo (PNSAT) o poder de legislar, sem a consulta do parlamento. Assim como revogar cláusulas dentro da constituição por um período de quatro anos. Com a morte de Hindenburg em 1934, Adolf Hitler foi agraciado com o título de Führer (líder) e Chanceler alemão, obtendo regência total do governo, incluindo as forças armadas e extinguindo todos os partidos existentes, apenas o Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores permaneceu como único partido do governo.

Adolf Hitler

Hitler Sem dúvida nenhuma pode ser considerado o maior expoente do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, provavelmente sem sua oratória e contagiante carisma o partido nunca chegaria ao poder. Adolf Hitler nasceu em Braunau no antigo império Austro-Húngaro. Antes de ingressar na política, Hitler lutou na Primeira Guerra Mundial sob comando do exército alemão e não austríaco. Durante as campanhas da Primeira Guerra Hitler foi condecorado com 2 cruzeiros de ferro, a mais alta honraria que um civil pode receber dos militares.

Após o fim da Primeira Guerra Hitler permaneceu no exército trabalhando como espião da polícia, sua função era entrar em pequenos partidos políticos suspeitos e averiguar se possuíam caráter revolucionário ou não (Herz, 1946). Em uma de suas inspeções Hitler foi designado para investigar um pequeno partido político chamado Partido dos Trabalhadores Alemães (que mais tarde se tornaria o poderoso Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores). Durante sua inspeção Hitler ficou impressionado com os ideais nacionalistas e centralizador do partido. Ao mesmo tempo o líder do partido Anton Drexler se surpreendeu com o poder de oratória que Hitler possuía e o convidou a fazer parte do pequeno partido (que na época contava com menos de 60 integrantes).

Logo após a entrada de Hitler no Partido dos Trabalhadores Alemães, o partido modificou seu nome para a forma atual, Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores. Em 1921 Hitler já havia se tornado um dos maiores representantes e seus discursos em público já atraíam um enorme número de espectadores. De acordo com Herz (1946) Hitler já havia adquirido notoriedade por seus veementes discursos contra o Tratado de Versalhes, a atual República de Weimar e a necessidade de criar um Estado alemão forte, unido, anticomunista e livre de intervenções de outras potências.

No mesmo ano membros do PNSAT, descontentes com a crescente popularização de Hitler fizeram uma aliança para excomungá-lo do partido. Percebendo que com sua saída o partido tinha se desestabilizado, os mesmos membros que renunciaram a Hitler, o pediram de volta. Hitler anunciou que apenas voltaria se ele se tornasse líder do partido (*Führer*), com poderes ilimitados. Após uma votação, Hitler obteve uma esmagadora vitória e foi condecorado com plenos

poderes, podendo deliberar sobre todos os assuntos do partido (Noakes, 2004). Pode-se observar a sede de poder que movia Hitler para atingir seus objetivos.

Hitler, impulsionado pelo golpe de estado praticado por Benito Mussolini conhecido como Marcha sobre Roma começou a praticar idéias reacionárias para compor seu próprio golpe de estado. A cidade escolhida foi Munique e em 8 de novembro de 1923, Hitler, acompanhado por outros colaboradores como o General Erich Ludendorff, foram até a taverna onde se encontrava as autoridades políticas de Munique⁹. Ao chegar ao local, os insurretos cercaram o local e demandaram apoio das autoridades políticas para dar um golpe de estado na cidade de Munique e posteriormente marchar sobre Berlim para destituir o governo de Weimar. Ao contrário do que Hitler esperava, os líderes políticos se recusaram a fazer parte da sublevação. No dia seguinte, ao tentar derrubar o governo da Bavária, Hitler e seus seguidores foram surpreendidos pela polícia e dispersados a tiros (Noakes 1994). Hitler foi logo capturado e sentenciado a 5 anos de encarceramento na Prisão de Landsberg.

Foi durante sua estadia na prisão que Hitler elaborou seu célebre livro *Mein Kampf* (Minha Luta). Nele Hitler escrevia uma autobiografia, além de expor toda a ideologia que permeava sua pessoa e o Partido Nacional Socialista.

Hitler foi solto em dezembro de 1924 através de um decreto que concedia anistia política a prisioneiros políticos. De volta ao PNSAT, Hitler reestruturou seu partido político. O partido não seria mais uma organização paramilitar e a tomada de poder seria apenas através de meios políticos e não mais pela força. Hitler utilizaria os próprios meios legais de Weimar para derrubá-la e instituir-se como ditador (Herz, 1994). Hitler também dividiu o partido em corporações políticas que se dividiriam por todas as regiões eleitorais alemãs. Seu conceito de poder era de cima para baixo, os líderes eram apontados por seus superiores, e não eleito por seus representantes. Ao mesmo tempo, Hitler demandava obediência absoluta.

A partir de do mesmo ano o Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores passa a disputar as eleições para o parlamento alemão.

⁹ A tentativa do golpe é conhecida também como *München Putsch*. *Putsch* é a palavra alemã para “golpe”.

4. Comitê

Na reunião *ad hoc* do gabinete de governo alemão, foram convidados pelo chanceler a participar os ministros cujas pastas estejam ligadas às temáticas em discussão, além de seus subordinados imediatos. O propósito da reunião é a deliberação conjunta entre os órgãos do governo para aconselhamento do chanceler e coordenação dos esforços desses órgãos, no intuito de produção e implementação coerente de políticas. As decisões a serem tomadas deverão se inscrever na competência individual dos ministérios, representados pelos membros. Na medida em que as decisões exorbitarem do programa político corrente de cada pasta ministerial, ou envolverem responsabilidades do chanceler, estas deverão obter a anuência do Führer e chanceler alemão.

Importa notar que, tanto no campo de política externa quanto no de defesa, o poder de aconselhamento dos ministérios junto ao chanceler alemão, é, em mais de uma ocasião, eufemismo que indica o poder de formulação, pelos serviços diplomático e militar, de suas respectivas políticas. Ou seja, embora o chanceler possa ser visto como o tomador de decisão em última instância, e seja capaz de influenciar a elaboração das políticas externa e de defesa alemães, cabe aos titulares de ambas essas áreas uma importante parte das decisões produzidas. Com diferentes gradações de influência do chanceler, pode-se pensar dessa mesma maneira sua relação com as políticas econômica (a cargo do Ministério das Finanças, ou Ministério da Economia) e de segurança pública, mais especificamente referente ao combate a crimes, insurreições (a cargo do Interior via Polícia).

Vale salientar que os Ministros aqui presentes foram aqui reunidos para discutir 3 tópicos específicos da agenda e somente eles. Não compete aos ministros aqui convocados dissertar sobre assuntos relacionados a credo, raças ou nada que fuja do escopo dos tópicos.

Portanto, foram estabelecidos para a discussão do gabinete três assuntos específicos, que serão:

- Medidas político-econômicas para o fortalecimento da economia alemã, juntamente com o fortalecimento do Estado;
- A revisão e validação do Tratado de Versalhes;
- O poderio Militar alemão.

Medidas Político-Econômicas para o fortalecimento da economia alemã, juntamente com o fortalecimento do Estado

Dentro do tópico “República de Weimar”, foi elaborada a situação encontrada dentro da Alemanha antes da ascensão ao poder do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores, juntamente com a ascensão de Hitler. Como foi possível observar, a Alemanha passava por uma situação econômica extremamente delicada, com um parque industrial ainda debilitado, um alarmante índice de desemprego e a necessidade de uma fundação econômica completamente reestruturada.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi relegada a uma média potência européia, com escassa força política internacional e com sérias restrições para se projetar como uma nova potência mundial. O Tratado de Versalhes impôs sérias e pesadas constringências a praticamente todos os escopos de atuação da Alemanha. Ela foi obrigada a reduzir seu parque industrial - não podendo desenvolver determinados tipo de indústria -; perdeu parte de seu território; restringiu sensivelmente seu poderio militar em todas as áreas, tanto no exército, na marinha e aeronáutica, como também foi imposto um número específico de aviões, tanques e navios que poderiam fazer parte do complexo militar alemão; além da humilhante cláusula que a colocava como única responsável por causar a guerra e se ver na obrigação de ressarcir os vitoriosos. Além de arcar com a reconstrução do próprio país, a Alemanha teve que pagar dívidas de guerra para ajudar a reconstrução dos outros países que foram lesados.

Vários tópicos poderão ser debatidos, como a contenção da inflação, redução do índice alarmante de desemprego, reestruturação do parque industrial, medidas de implementação de crédito para industriais e comerciantes para dinamizar e fortalecer a economia.

Tratado de Versalhes

O tratado de Versalhes também será um ponto chave das discussões. Será discutida a validação do Tratado. Aqui, os ministros poderão debater sobre os mais

diversos pontos encontrados, tal como revisar as restrições impostas e considerar a legalidade de algumas das sanções. Os ministros poderão tentar estabelecer uma maior aproximação diplomática com outros países, para revisar cláusulas, ou para fortalecer a inserção internacional alemã.

Questão militar

O Tratado de Versalhes restringiu o complexo militar alemão ao mínimo necessário para a manutenção de sua soberania. Nas exatas palavras do artigo 160 do Tratado “o exército Alemão deveria ser devotado exclusivamente para a manutenção da ordem dentro de seu território e para o controle de sua fronteira” (Versalhes, 1919, tradução nossa)¹⁰. Isto implicava que o contingente prescrito só é capaz de proteger o país de pequenas insurreições dentro de seu próprio território. Caso fosse invadida, a debilitada força armada não poderia proteger seu território e a própria população. Segundo Carroll (1966) tal fato deixava os alemães extremamente alarmados, pois os deixavam a mercê de qualquer país europeu. O serviço de alistamento militar compulsório foi abolido, sendo que o exército alemão só poderia ser composto e recrutado pelo alistamento voluntário.

Sob as cláusulas do Tratado o exército deveria ter no máximo 7 divisões de infantaria e 3 divisões de cavalaria. O número total do efetivo não poderia ultrapassar 100.000, incluindo oficiais burocratas. As divisões teriam que ser divididas em mais de dois quartéis gerais e cada quartel deveria ter um número máximo de armamentos em seu estoque. Todos os projéteis e artefatos militares usados na Guerra e que excederem o limite imposto pelo tratado deveria ser entregue aos aliados para que pudessem ser destruídos ou inutilizados. A produção de qualquer tipo de armamento bélico estava terminantemente proibida e o exército alemão não mais poderia dispor de armamentos pesados, como tanques de guerra, artilharia, explosivos e gases venenosos.

Sob os aspectos navais, a Alemanha teve que entregar livremente todos os navios de guerra que não estavam ancorados em seus portos e vários outros navios

¹⁰ German Army was to be devoted exclusively to the maintenance of order within the territory an the control of the frontiers.

específicos tiveram que ser desarmados. Todos navios de guerra em construção foram desmantelados e sua destruição teve que ser supervisionada pelas forças aliadas. A Alemanha foi privada de ter uma das principais forças táticas de ataque e defesa marítimas, que são os submarinos. Todos os submarinos tiveram que ser entregues para forças aliadas, junto com a proibição de fabricação de novos e a destruição dos que ainda estavam em construção. Os materiais residuais das destruições só poderiam ser usados para fins comerciais e industriais, sua venda para outros países estava terminantemente proibida.

As sanções direcionadas para a força naval alemã encontraram forte resistência dentro do alto escalão naval alemão. Em protesto contra o Tratado, vários oficiais afundaram seus próprios navios de guerra em represália as constrições sofridas. Tal ato causou grande clamor dentro da comunidade internacional, alguns Aliados chegaram a considerar o envio de tropas para acalmar os insurretos.

Pode-se afirmar que o braço das forças armadas que mais sofreu com o Tratado foram as forças aéreas ou *Luftwaffe*. Não foi permitido nenhum tipo avião militar dentro das forças alemãs, todos deveriam ser entregues ou destruídos sob a supervisão das forças Aliadas. A força aérea só poderia ter em seu poder aviões de reconhecimento e patrulha de sua fronteira, mas nenhum deles poderia dispor de qualquer artefato bélico.

Outras medidas de cunho militar foram a proibição de qualquer produção bélica, a não ser a fabricação destinada a repor os estoques já existentes. Vários fortes de *bunkers* tiveram que ser desocupados e/ou destruídos, sobretudo aqueles que ficavam perto de áreas fronteiriças. Uma das medidas mais importantes para assegurar a paz e segurança dos países Aliados foi o a desmilitarização de toda área da Renânia.

Para garantir que todas as sanções estabelecidas na Alemanha fossem seguidas, foi criada a Comissão de Controle Militar Inter-Aliada¹¹ para supervisionar o seu andamento. Sua permanência na Alemanha durou até o ano de 1927.

Todos os aspectos militares impostos a Alemanha foram, seguidos em maior ou menor escala. Mas ao longo do tempo, pequenas transgressões foram feitas, sobretudo em relação à questão de homens em armas. Milícias ilegais ou semi-

¹¹ Inter-Allied Military Control Commission.

ilegais foram criadas, como a *Freikorps (exército livre)*, *Reichswehr negra* (um braço do exército livre), ou *Grenzschutz*. Segundo Carroll (1966) ocorreu “(...) excesso da força policial, tropas políticas, e ‘associações de esportes’, grande número de alemães recebiam treinamento militar não autorizado.”¹² (p. 115, tradução nossa). Ademais, *Reichswehr* é o nome em alemão dado às Forças Armadas que não poderia ser composto por mais de 100.000 homens. Inicialmente o Tratado de Versalhes tinha abolido o Ministério do Estado-Maior das Forças Armadas (que controlava o exército), mas suas atribuições foram realocadas em diversos outros ministérios e o seu núcleo de comando foi renomeado para *Truppenamt*. A renomeação foi uma tentativa de camuflar o Estado-Maior, para adequar as exigências do Tratado. Sob o comando da *Truppenamt* algumas armas da Primeira Guerra foram mantidas ilegalmente e segundo Carroll (1966), “Tipos proibidos de armamentos e táticas de guerra foram desenvolvidos e testados no exterior, especialmente na Rússia, onde alemães também eram treinados em seu uso” (p. 115, tradução nossa)¹³.

Em 1923 *Truppenamt* tinha planos fazer uma mobilização secreta de pelo menos 21 divisões do exército, o que resultaria em um contingente militar de no mínimo 300.000 combatentes, o triplo permitido pelo Tratado de Versalhes. Apesar dos planos expansivos, a mobilização não foi possível devido à parca produção de armamentos militares. A produção da época não conseguiria suprir a quantidade necessária para abastecer as divisões e a produção não poderia ser aumentada para não levantar suspeita de infração do Tratado. A produção de armamentos estava apenas um pouco acima do permitido e duas explicações são levantadas para a falta de crescimento da produção ilegal

“Primeiro era o medo que trabalhadores das fábricas, que eram supostamente de índole pacifista, poderiam trair as atividades ilegais. A segunda razão, originada da primeira, era a relutância dos industriais privados em tomar qualquer risco significativo, em razão da inabilidade das

¹² (...) excess police forces, political armies, and “sports associations”, large number of Germans received unauthorized military training.

¹³ Prohibited types of weapons and warfare were developed and tested abroad, especially in Russia, where Germans were also trained in their use.

forças armadas em assegurar qualquer benefício substancial” (CARROLL, 1966, p. 117, tradução nossa)¹⁴

Durante a década de 20 as forças armadas não tinham esperanças de mobilizar mais que 300.000 e mesmo que esta mobilização fosse possível, o exército estaria com pouco treinamento e escassamente equipado. Se levarmos em conta os vizinhos alemães e possíveis antagonistas, em 1929 a Inglaterra possuía um contingente de 450.000 homens, França possuía 350.000 e a Polônia tinha por volta de 250.000 homens, até a recém formada Tchecoslováquia possuía um contingente maior que os 100.000 homens alemães, com 130.000. A situação ainda é pior para a Alemanha se levarmos em conta que nenhum dos países mencionados possui alguma restrição em se mobilizar, produzir armas e ter armamentos pesados. Caso fosse requerido, todos os números apresentados poderiam subir substancialmente e muito melhores equipados. É importante salientar que durante todo o período da República de Weimar, os gastos com assuntos militares nunca chegaram a ultrapassar 1% do PIB alemão, quantidade irrisória para qualquer política de defesa.

Pode-se estabelecer uma série de fatores que reduziram o sucesso do rearmamento secreto por parte da Alemanha, entre eles:

- 1) Força legal das cláusulas sobre o desarmamento, tanto internacional quanto domésticas; 2) relutância do regime de Weimar de prejudicar o sucesso sua política externa (refletido nos acordos de Locarno) ao transgredir o limite do tratado de forma tão flagrante ; 3) aprovação positiva por alemães, em princípios morais e políticos; 4) canais normais de observação e inteligência, oficiais e clandestinas, aberta a todos governos que mantêm uma “presença” na Alemanha, inicialmente pelas nações que impuseram o desarmamento nela e supostamente tinha que garanti-la; 5) riscos impostos por todos os precedentes em cima das indústrias privadas, ou pessoas ou grupos que de outra maneira estariam felizes em cooperar com as forças armadas; 6) O perigo, por mais remoto que seja depois de Locarno, que as forças Aliadas, através da Liga das Nações ou separadamente, poderia ser provocada a tal ponto de aplicar sanções genuínas ou ordens de força para garantir a restauração do consentimento

¹⁴ The first was fear that workers in the plants, who were reputed to be “of pacifist outlook”, might betray illegal activities. The second, stemming in part from the first, was the reluctance of the private industrialists to take any significant risks, in the view of the Reichwehr’s inability to assure them substantial profits.

alemão em relação ao desarmamento. (CARROLL, 1966, p. 119, tradução nossa)¹⁵

A situação só começou a mudar com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933 os gastos militares passaram de 1%, para 3%, uma mudança significativa, chegando a se equiparar com a mesma porcentagem da Inglaterra. Mesmo com essa mudança o poderio militar alemão continua incipiente. O atual contingente permanece muito mal equipado, com sérias restrições aos artefatos militares que eles podem usar. O número de combatentes na atual situação mal são capazes de defender o próprio território alemão.

Cabe a este comitê em que debater a real situação do poderio alemão, tal como medidas de fortalecê-lo sem que seu aumento cause descontentamento da comunidade internacional. Ou estabelecer outras medidas que os presentes ministros julguem necessários.

¹⁵1) Legal force of the disarmament clauses both in international and in German law; 2) reluctance of the Weimar regime to endanger the success of its foreign policy (reflected in the Locarno agreements) by too flagrant abuse of the treaty limits; 3) positive approval of disarmament by individual Germans, on moral or political grounds; 4) normal channels of observation and intelligence, official and clandestine, open to all governments maintaining a 'presence' in Germany, preeminently the powers which had imposed disarmament on her initially and were supposed to enforce it; 5) risks imposed by all the foregoing upon private industry and persons or groups who would otherwise have been happy to cooperate fully with the Reichswehr; 6) the danger, however remote it grew after Locarno, that the Allied Powers, through the League of Nations or separately, might be sufficiently provoked to apply genuine sanctions or force in order to restore Germany's compliance with disarmament.

5. Relações de Ministros

Antes da leitura dos Ministérios a seguir, faz-se necessário delinear alguns pontos, no que remete à estrutura e representação dos senhores nesse Gabinete Alemão. Em relação à representação na reunião, é preciso ter em mente que os senhores representam cargos políticos importantes para a constituição de poder e tomada de decisão do Alemanha. Os Senhores não estarão representando as personalidades que ocuparam o cargo em 1934. Estão apenas representando o cargo que exercem.

Ministro das Relações Exteriores do Reich

Este Ministério é responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação e execução da política externa brasileira. O Ministério das Relações Exteriores, tem no sentido de coordenação do trabalho das subsecretarias, (i) de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, (ii) de Assuntos Políticos, (iii) Cooperação e Comunidades alemãs no Exterior e (iv) do Serviço Exterior. Através de sua rede de embaixadas, consulados e delegações permanentes, o Ministério gere e defende os interesses da Alemanha em suas dimensões bilaterais e multilaterais, nos níveis político, econômico, cultural, entre outros.

Ministro das Relações Interiores do Reich

O Ministério das Relações Interiores cuida da segurança interna do Estado. A polícia está sob seu auspício. Cabe ao ministério estabelecer políticas para manter a ordem e os bons costumes dentro da sociedade. Cabe ao presente ministério conter toda e qualquer atividade que possa ameaçar os ideais nacionalistas do atual governo

Ministro de Propaganda e Relações Públicas do Reich

O Ministério de Propaganda foi criado por Hitler para reforçar a ideologia do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores dentro da Alemanha. Sua função é a contínua propagação dos ideais nacionalistas dentro do território alemão, assim como regular a cultura e a imprensa da sociedade.

Ministro da Aviação do Reich

À Força Aérea Alemã cabe coordenar, controlar e orientar as atividades da Aviação Civil, provendo a segurança da navegação aérea. Contribuir para a formulação e condução de políticas aeroespaciais, equipar, operar e estabelecer a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária, e por fim operar o correio aéreo. Bem como coordenar todo o aparato aéreo militar.

Ministro das Armas e Munições do Reich

O Ministério de Armas e Munições foi criado por Hitler e tem por obrigação:

- política de ciência e tecnologia nas Forças Armadas, Marinha e Aviação;
- fomento às atividades de pesquisa e desenvolvimento e de produção e exportação em áreas de interesse da defesa;
- Controle da produção militar, bem como organizar os dispêndios militares para a produção de artefatos militares.

Ministro da Marinha do Reich

Além do fator primordial de defesa, garantia e manutenção da ordem nacional, a Marinha possui diversas atribuições secundárias como a orientação e o controle da marinha mercante e suas respectivas atividades no que interessa à defesa nacional. Deve também prover a segurança aquaviária, promover e contribuir para a condução e formulação de políticas marítimas. Deve ainda fiscalizar e implementar o cumprimento de leis e regulamentos no mar e águas interiores, podendo trabalhar com qualquer outro órgão executivo, federal ou estadual quando se fizer necessário.

Ministro das Forças Armadas do Reich

O Exército alemão da manutenção e garantia da segurança, soberania, e integração nacional, junto com a paz social. Sempre garantindo que a lei e a ordem sejam cumpridas. O Exército deve intervir em vários locais em que a situação de calamidade pública seja declarada. O Exército alemão tem como deveres formular a doutrina e a política terrestre e organizar as forças terrestres; formular planejamentos estratégicos em ações relativas à defesa do país. E fiscalizar as atividades envolvendo armas e materiais bélicos de interesse militar.

Ministro da Inteligência Militar do Reich

Tem o Ministério como área de competência os seguintes assuntos, a serem discutidos apropriadamente com cada um dos três comandos (Forças Armadas, Marinha e Aviação):

- política de defesa nacional;
- política e estratégia militares;
- doutrina e planejamento de emprego das Forças Armadas;
- projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- inteligência estratégica e operacional no interesse da defesa;
- relacionamento internacional das Forças Armadas;
- legislação militar;
- política de mobilização nacional;
- logística militar;
- serviço militar;

Cabe a este Ministério a coordenação entre as forças armadas, sendo o responsável pela gestão das ações e movimentos que envolvam mais de uma força singular.

Ministro das Finanças do Reich

Competem a este Ministério especialmente os seguintes assuntos:

- administração das dívidas públicas interna e externa; negociações econômicas e financeiras com governos, organismos multilaterais e agências governamentais;
- administração financeira e contabilidade públicas;
- moeda, crédito, instituições financeiras, capitalização, poupança popular, seguros privados e previdência privada aberta;

Ministro da Justiça do Reich

O Ministério da Justiça tem por missão garantir e promover unidade alemã, a justiça e a segurança pública, através de uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade. É responsável pelos seguintes assuntos:

- defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais; política judiciária;
- entorpecentes, segurança pública, Rodoviária e Ferroviária;
- defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;
- planejamento, coordenação e administração da política penitenciária nacional; nacionalidade, imigração e estrangeiros;
- coordenar e implementar os trabalhos de consolidação dos atos normativos no âmbito do Estado;
- cooperação jurídica internacional.

Ministro da economia do Reich

Competem a este Ministério especialmente os seguintes assuntos:

- política, administração, fiscalização e arrecadação tributária, inclusive a destinada à aduaneira;
- preços em geral e tarifas públicas e administradas;
- fiscalização e controle do comércio exterior; e
- realização de estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura econômica;

Ministro da Nutrição e Agricultura do Reich

O Ministério da Agricultura deve primar para o máximo desenvolvimento agrícola, deve atentar-se para o planejamento de estratégias e políticas que resultem na máxima produção de alimentos. Devido as 2 grandes crises econômicas que a Alemanha enfrentou é necessário garantir que a agricultura esteja fora de qualquer risco, pois ela representa um dos pilares centrais para sustentar a economia alemã

Ministro do Trabalho do Reich

- subsidiar a definição de políticas públicas de emprego, renda, salário e qualificação profissional;

- planejar, controlar e avaliar os programas relacionados com a geração de emprego e renda, e apoio ao trabalhador desempregado,
- planejar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de estímulo emprego para a população;
- promover estudos da legislação trabalhista e correlata, no âmbito de sua competência, propondo o seu aperfeiçoamento.

Ministro da Educação, Ciência e Instrução Pública do Reich

O Ministério da Educação, Ciência e Instrução Pública, assim como o Ministério da Propaganda, deve velar pela a ideologia do Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores dentro da Alemanha. O Ministério tem que cuidar para que as escolas, sobretudo as de ensino básico estejam de acordo com os ideais nacionalistas defendidos pelo partido. Para que futuramente ocorra a formação do orgulho nacionalista alemão.

Ministro dos Transportes do Reich

Competem a este Ministério especialmente os seguintes assuntos:

1. política nacional de transportes ferroviário, rodoviário e aquaviário;
2. marinha mercante, portos e vias navegáveis; e
3. participação na coordenação dos transportes aeroviários.

As competências atribuídas entre a primeira e a segunda compreende:

- a formulação, coordenação e supervisão das políticas;
- a participação no planejamento estratégico, o estabelecimento de diretrizes para sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos;
- a aprovação dos planos de outorgas;
- o estabelecimento de diretrizes para a representação do Brasil nos organismos internacionais e em convenções, acordos e tratados referentes aos meios de transportes;
- a formulação e supervisão da execução da política referente ao Fundo de Marinha Mercante, destinado à renovação, recuperação e ampliação da frota mercante nacional, em articulação com os Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- o estabelecimento de diretrizes para afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas.

REFERÊNCIAS:

CARROLL, Berenice A. **Germany disarmed and Rearming, 1925—1935.** In: *Journal of Peace Research* 1966.

FRYE, Bruce B. **The German Democratic Party 1918-1930.** In: *Political Science Quartely*, vol 16, n. 167, 1963.

HERZ, John. **German Administration Under the Nazi Regime.** In: *The American Political Science Review*, Vol. 40, n. 4, agosto, 1946.

HIDEN, John. **Hard Times-From Weimar to Hitler.** In: *The Historical Journal*, Vol. 32, N. 4, dezembro, 1989.

HANSON, Stephen E. **Postimperial Democracies: Ideology and Party Formation in Third Republic France, Weimar Germany, and Post-Soviet Russia.** In: *East European Politics and Societies* 2006.

LAILER, David E. W.; STADLER, George W. **Journal of Money, Credit and Banking**, Vol. 30, n. 4, p. 816-831, Nov. 1998.

LANG, Karl. **Economic Reconstruction of Germany.** In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 1922.

LERCHENFELD, Count Hugo. **The Present Political and Economic Crisis in Germany.** Count Hugo. In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 108, 1923.

MULLIGAN, William. **The Historical Journal**, Vol. 45, n. 4, p. 819-841, dezembro, 2002.

NEUERBOURG, FR. **Germany as It Is Today.** In: *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* 1923.

NOAKES, Jeremy. **Leaders of the People? The Nazi Party and German Society.** In: *Journal of Contemporary History*, Vol. 39, n. 2, abril, 2004.

O'LOUGHLIN, John, FLINT, Colin, ANSELIN, Luc. **The Geography of the Nazi Vote: Context, Confession, and Class in the Reichstag Election of 1930.** In: *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 84, n. 3, setembro, 1994.

PETZNIA, Dieter. **Germany and the Great Depression**. In: *Journal of Contemporary History*, vol. 4, n. 4, outubro, 1969.

POIS, Robert A. **The Bourgeois Democrats of Weimar Germany**. In: *Transactions of the American Philosophical Society*, Vol. 66, N. 4, 1976.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar: 1919-1933**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 (cap IV, p.85-117).

RODRIGUES, Luís César B. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Atual, 1988. (cap.3, 4 e 5 – p.57-84).

STERN, Fritz. **Adenauer and a Crisis in Weimar Democracy**. In: *Political Science Quarterly*, vol. 73, n. 1, março 1958.

WACHSMANN, Nikolaus. **The Historical Journal**, Vol. 45, n. 4, dezembro, 2002.

WATSON, Adam. **A Evolução da Sociedade Internacional: uma análise histórica comparativa**. Brasília: Edit. Universidade de Brasília, 2004 (cap.23, p.385-399).